



Food and Agriculture Organization  
of the United Nations

**REDE DAS MARGARIDAS NOS PALOP:  
ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DAS  
MULHERES RURAIS**

Ana Paula Ferreira

Novembro, 2021



## Sumário

1	Introdução .....	2
2	Metodologia da pesquisa .....	3
3	Principais premissas ao trabalho.....	3
3.1	Mulheres Rurais dos PALOP: Protagonismo na Construção de Sistemas Agroalimentares Sustentáveis.....	3
3.2	Importância da organização das mulheres rurais nos PALOP .....	6
3.3	Barreiras para a participação das mulheres rurais em exercícios dessa natureza .....	6
3.4	Participação política das mulheres nos PALOP e reflexos na condição feminina .....	6
3.5	Potenciais e limites da Rede das Margaridas como um espaço de organização das Mulheres dos PALOP .....	9
4	Atividades realizadas.....	9
5	Principais achados após os exercícios de diálogo com as camponesas .....	10
5.1	Condições das mulheres.....	10
5.2	Questão da terra .....	11
5.3	Questão da tecnologia e esforço dispendido no trabalho (associado a disponibilidade de mão-de-obra) .....	11
5.4	Sementes e biodiversidade .....	12
5.5	Comercialização .....	13
5.6	Questão da juventude e sucessão geracional .....	14
5.7	Solidariedade entre as mulheres .....	14
5.8	Fragilização da vida trazida pelos conflitos armados.....	14
5.9	O idioma como um fator manutenção de desigualdades .....	15
5.10	Problemas de conectividade telefônica e digital .....	16
5.11	Desvalorização do conhecimento local.....	16
5.12	Rede das Margaridas.....	16
6	Sugestões e orientações para processos de formações com mulheres agricultoras dos PALOP.....	17
6.1	Valorização do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CCAFS) como base .....	18
6.2	Sugestão de temas correlatos.....	19
6.3	Recomendações para realizar processos de formação e organização política das mulheres.....	20
6.4	Escola de campo.....	21
6.5	Outras ideias para o fortalecimento da Rede das Margaridas.....	22
7	ANEXOS - Questionário base para os encontros com as agricultoras dos PALOP .....	24

# 1 Introdução

O fortalecimento da organização das mulheres rurais deve ser tomado como uma agenda para o desenvolvimento em todos os países do mundo. Isso porque são as mulheres as principais responsáveis pela produção de alimentos, inclusive, seguindo uma lógica agroecológica e sustentável. São elas as grandes contribuintes para o bom funcionamento dos sistemas agroalimentares sustentáveis na maioria dos Estados-Nação.

Nesse sentido a FAO, através da iniciativa: “TCP/INT/3708 (D) Providing capacity development activities to the CPLP training centre on sustainable Family farming”, vem desenvolvendo ações de apoio à agricultura familiar na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), visando maior inserção feminina nos eventos desenvolvidos pelo Centro de Treinamento em Agricultura Familiar Sustentável, em particular no Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CCAFA), em São Tomé e Príncipe.

Algumas iniciativas antecederam a realização dessa consultoria, em especial após as decisões tomadas da Cimeira da CPLP de Lisboa, em 2018.

Uma das hipóteses para esse trabalho foi considerar a Rede Margaridas, que desde 2015 reúne mulheres rurais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe como ambiente de mobilização e articulação para futuras iniciativas.

Levou-se em consideração o fato de que há poucas informações disponíveis sobre os principais problemas enfrentados pelas mulheres rurais na CPLP. Nesse sentido, a presente iniciativa visou investigar e melhorar percepção da FAO sobre esses países no que diz respeito à relação entre a agricultura sustentável, agroecologia e as mulheres, como base para orientar ações para o seu fortalecimento, através de cursos orientados especificamente para as mulheres rurais.

Esse documento refere-se ao relatório final do contrato estabelecido entre a FAO e a consultora Ana Paula Lopes Ferreira, no âmbito das iniciativas acima mencionadas do Projeto TCP/INT/3708, cujos resultados esperados no Termo de Referência eram: (i) Relatório sobre as Redes e Organizações existentes das mulheres rurais nos países da CPLP relacionados à agroecologia e agricultura sustentável e suas prioridades para os próximos anos; (ii) Três materiais de defesa (fichas técnicas) a serem publicados na Plataforma ALIMENTACPLP.

Os resultados obtidos permitiram elencar um conjunto de recomendações para o desenvolvimento de um programa de formação com as mulheres rurais, a partir de suas realidades territoriais e culturais que serão apresentadas ao longo do texto.

## 2 Metodologia da pesquisa

A prioridade do trabalho foi envolver as lideranças articuladas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)<sup>1</sup>, no âmbito da CPLP. Para isso, a metodologia utilizada combinou entrevistas individuais e grupais, feitas remotamente por plataformas digitais, durante os meses de novembro e dezembro de 2021.

Para definição dos nomes e pessoas de interesse para as entrevistas, contou-se com a colaboração de informantes com experiência de trabalho nos países, tomando-se como ponto de partida as redes de colaboração já constituídas pela FAO e parceiras. A partir delas, foi possível chegar a outros nomes que pouco a pouco foram sendo contactados com maior ou menor grau de sucesso.

Além disso, a partir de algumas iniciativas de mobilização de algumas lideranças foram ainda realizadas reuniões híbridas: virtuais para a consultora e presenciais para as mulheres de algumas comunidades, ampliando a coleta de dados e o alcance desse trabalho.

Merece destaque o fato de que a consultoria foi realizada entre novembro e dezembro de 2021, em um cenário da crise mundial sanitária devido à pandemia do Covid-19, e sua condução foi afetada também pelas dificuldades sentidas pelas mulheres rurais para acessar as tecnologias remotas. Essa dificuldade enfrentada pelas mulheres é simultaneamente uma premissa e um achado. Ainda que já se tivesse conhecimento de tal situação, não se poderia prever, com precisão, a grandeza de seu impacto sobre o andamento dos trabalhos. Isso prolongou o tempo da coleta de informações e reduziu as possibilidades de um diálogo mais próximo entre as partes.

O trabalho contou ainda com pesquisa em dados secundários e documentos de referência acerca do contexto dos países e da situação das mulheres em relação aos aspectos de interesse para a FAO, mas estabelecendo conexões com outros aspectos do empoderamento das mulheres e suas inserções na vida política e social de seus países.

Por fim, após a análise desse conjunto de dados coletados, passou-se a fase de sua sistematização e correlação, gerando os resultados apresentados nesse exercício, quando se traçam as sugestões e propostas para continuidade dos trabalhos da FAO e sua rede de parcerias.

## 3 Principais premissas ao trabalho

### 3.1 Mulheres Rurais dos PALOP: Protagonismo na Construção de Sistemas Agroalimentares Sustentáveis

É preciso considerar que, as mulheres rurais que fazem parte dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são diversas; as especificidades que as diferenciam têm origem na formação de cada um de seus países, e podem ser, dentre outras, de natureza religiosa, cultural, social, econômica e até mesmo, de localização geográfica. A intelectual africana, ativista e

---

<sup>1</sup> Atualmente, além de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, os PALOP incluem Guiné Equatorial, que adotou a língua portuguesa como oficial, para paulatinamente substituir a língua oficial espanhola.



presidente da Fundação para o Desenvolvimento Comunitário, Graça Machel, em entrevista para o Diário de Notícias<sup>2</sup>, afirma que:

*As mulheres são os motores das economias africanas. No entanto, em cada curva, a importância das suas contribuições é minimizada e colocam-se obstáculos às suas ambições. As mulheres são excluídas de sessões de formação e não recebem apoio. E podem enfrentar discriminação por parte das autoridades.*

Além disso, a realidade das mulheres nos PALOP em relação as políticas públicas indicam que há inúmeras dificuldades que se impõe a elas na garantia de acesso a direitos, ou mesmo em obter visibilidade e reconhecimento de sua importância nos sistemas agroalimentares. Essas premissas também se confirmaram nas entrevistas realizadas, quando foi possível identificar a presença de ao menos duas situações comuns, e paradoxais, entre essas mulheres. Por um lado, a ausência e/ou precariedade das políticas públicas dificultam ou impossibilitam o acesso à propriedade da terra, aos recursos produtivos, à água potável, ao financiamento, à conectividade, à educação, à capacitação técnica, à saúde, à justiça, dentre outros bens sociais. Por outro, existe grande relevância do papel que as mulheres desses países exercem na construção e manutenção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

As mulheres protagonizam a produção familiar destinada ao autoconsumo e à comercialização, desempenhando um importante papel na garantia da segurança alimentar das suas famílias. Capacitadas socialmente para exercerem múltiplas atividades, as mulheres africanas dedicam-se à produção agropecuária na horta e no roçado; na criação de animais e no beneficiamento de frutas, verduras e pescados. Demonstram, também, habilidades no manejo dos recursos naturais e na gestão da biodiversidade, alimentando a troca e manutenção de sementes e mudas, além do uso das mesmas na alimentação e para fins curativos. Porém, essas mesmas mulheres são pouco reconhecidas pelo sistema financeiro ou pelo Estado.

De acordo com a *African Progress Panel*<sup>3</sup>, as mulheres acessam apenas 10% do crédito concedido a pequenos agricultores e menos de 1% do total de empréstimos agrícolas. No entanto, são responsáveis pela produção de 80% dos alimentos no continente. Dados divulgados pelo Relatório sobre os ODM de 2015<sup>4</sup>, atestam que em Angola a incidência da pobreza é de 58,30% nas zonas rurais, enquanto nas zonas urbanas é de 18,70%.

As desigualdades são fomentadas muitas vezes pelo Estado, que tem em vigor leis que exploram as desigualdades de gênero, a exemplo da legislação vigente em vários países que define que a terra, e os seus rendimentos, apenas podem ser transmitidos através dos homens da família. Elas ainda acumulam atividades produtivas, e demais afazeres necessários à sobrevivência e à reprodução da própria vida, a exemplo da manutenção da estabilidade emocional dos membros de suas famílias. São elas, também, que, em geral, desenvolvem as tarefas de manutenção da casa, de preparo dos alimentos e de suprimento da lenha e da água, além do trabalho com os cuidados com as crianças, pessoas doentes e idosos, o que tanto revela a injustiça que marca a

<sup>2</sup> <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/a-realidade-da-mulher-africana-1583751.html>

<sup>3</sup> <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/a-realidade-da-mulher-africana-1583751.html>

<sup>4</sup> Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial © Governo de Angola – 2015

Relatório apoiado pelas Nações Unidas

<file:///D:/4.%20FAO/Materiais%20para%20o%20relatório/Relatório%20sobre%20os%20Objectivos%20de%20Desenvolvimento%20do%20Milénio%202015%20Versão%20Final%20Dezembro..pdf>



divisão sexual do trabalho, como as diferentes formas com as quais essas mulheres contribuem para suas famílias e comunidades.

*A concepção colonial da família africana enquanto espaço de partilha, altruísmo, reciprocidade e redistribuição, pressupondo que os seus membros se beneficiavam igualmente dos recursos e rendimentos, ignorando as hierarquias de gênero e de idade, afectaram os direitos à terra, o trabalho agrícola e doméstico, posse dos cereais e obrigações em providenciar alimentação e rendimentos. Ao assumirem que os chefes são por definição um homem, as políticas intervencionistas coloniais, tendo como alvo a família (onde se subsumia a mulher), através do seu chefe masculino constituíram um outro factor importante da deterioração do estatuto e condições de vida das mulheres na Guiné-Bissau. (Tatiana Raquel Reis e Silva, Universidade Estadual do Maranhão<sup>5</sup>)*

É importante ressaltar que, nas entrevistas com as mulheres, a descrição das famílias eram normalmente, extensas, na medida em que no mesmo lar, ou no mesmo terreno, morava um número de pessoas bem maior do que a família nuclear (pai, mãe e filhos). Não raro estão presentes sobrinhos, tias, primos etc. É fato também que, principalmente em áreas rurais, a poligamia, oficializada ou não, é uma prática comum. Esse aspecto também contribui para que o trabalho reprodutivo das mulheres se torne ainda maior, como declarado por algumas pessoas entrevistadas:

*A poligamia existe no meio rural e mesmo no meio urbano, embora não esteja institucionalizada em Angola. Homens tem mais do que uma família. Só que no meio rural, principalmente no Sul de Angola, a forma de organização espacial das casas é muito diferente da forma moderna das nossas casas. Porque há uma casa, geralmente, no centro e existem outras casas a volta. E quando o homem tem posses, dinheiro e terra, ele costuma ter naquele conjunto de 5 ou 6 casas próximas várias esposas. Mas, é importante dizer que a poligamia, embora não seja proibida em Angola, também não é legalizada. Ou seja, não é apadrinhada pelo Estado. É uma prática que devido a tradição católica, costuma ser condenada. Mas, ela existe. Na verdade, as pessoas têm consciência de que quanto maior o número de pessoas em uma família, maior é o trabalho que as mulheres exercem em casa. Mas, isso não é discutido abertamente. Valter Tchissingui - Assessor sênior nacional da FAO Angola*

A sobrecarga de trabalho das mulheres é um assunto recorrente nas conversas com os informantes-chaves. Observa-se que por todos os caminhos do cotidiano, elas têm uma alta carga de trabalho. São as primeiras a acordar e as últimas a se deitar, depois de organizar os afazeres do dia seguinte. Mas, mesmo assim, o seu árduo trabalho reprodutivo não é reconhecido como trabalho. É considerado como algo natural e obrigatório, sendo a sua valorização quase inexistente.

À essa rotina exaustiva, que se repete ao longo das gerações, somam-se as questões culturais restritivas ao seu desenvolvimento intelectual, de forma que tal realidade as impede de se dedicarem a outras atividades como de formações profissionais e participação política. O conjunto das atividades produtivas e reprodutivas executadas pelas mulheres rurais dos PALOP resulta numa jornada de trabalho contínua que dificulta o seu acesso à produção de conhecimentos, à participação política e a atividades de lazer.

---

<sup>5</sup> Tatiana Raquel Reis e Silva, Universidade Estadual do Maranhão: LUTAS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO FEMININA EM ÁFRICA: considerações sobre Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde. <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844049/>



## **3.2 Importância da organização das mulheres rurais nos PALOP**

As experiências dos movimentos de mulheres rurais, em todo o mundo, revelam que a organização das mulheres é uma potente ferramenta para que as suas vozes ecoem, sejam escutadas e seus trabalhos sejam visibilizados.

A organização promove autorreflexão levando a mudanças pessoais e coletivas. Dessa forma, elas se tornam paulatinamente conscientes de suas potencialidades e, pouco a pouco vão superando a sensação de “não estar preparadas” para atuarem em espaços públicos, bem como assumir determinadas posições no espaço privado. A organização gera conhecimento, autonomia, segurança e acolhimento, favorecendo o empoderamento como agricultoras e sujeitos de suas vidas. É o aprendizado coletivo que dá força para que elas comecem a participar ativamente de ações dentro e fora de suas comunidades e passem a ser protagonistas de suas vidas e lutas políticas.

## **3.3 Barreiras para a participação das mulheres rurais em exercícios dessa natureza**

A metodologia adotada nesse trabalho previu atividades on-line e presenciais, e de fato para o exercício proposto na metodologia pode-se afirmar que houve êxito.

No entanto, a observação do contexto vivido pelas lideranças contactadas revelou sérios limites para a participação das mulheres em reuniões, mobilizações e engajamento em articulações e redes, dentro e fora dos países em que vivem.

Parte desses obstáculos referem-se a:

- Problemas locais de conectividade seja pela dificuldade de acesso aos equipamentos ou mesmo a precária conexão com a internet nas localidades.
- Línguas locais e nacionais - Ainda que a língua portuguesa seja um elemento agregador para o trabalho com as mulheres nos PALOP, quando as participantes são oriundas de comunidades locais, o português como língua integradora não é suficiente, e isso ficou demonstrado com o decorrer do trabalho.
- Além disso, as relações sociais e familiares são exercidas de tal maneira que dificultam, muitas vezes, a participação das mulheres em eventos de qualquer natureza.

Mais do que gerar dificuldades para implementação dos trabalhos em si da consultoria, esses elementos mencionados podem ser vistos como resultados da própria pesquisa, na medida em que servem de impedimentos à autonomia econômica, social e política das mulheres rurais. Essa reflexão será retomada no item resultados.

## **3.4 Participação política das mulheres nos PALOP e reflexos na condição feminina**

É sabido que a participação e representatividade política das mulheres, em especial das mulheres rurais, é historicamente negligenciada em muitas partes do mundo. No caso dos

PALOP, segundo dados colhidos pela União Inter-Parlamentar (IPU, 2021)<sup>6</sup>, existe um expressivo aumento das mulheres na participação política, como podemos observar no quadro a seguir:

#### Percentuais de participação parlamentar de mulheres nos PALOP, 2021

Situação no Ranking Global	Pais	%	Número de mulheres / número de assentos no parlamento
18	Moçambique	42.4	106 / 250
52	Angola	29.6	65 / 220
75	Cabo Verde	26.4	19 / 72
92	São Tome e Príncipe	23.6	13 / 55
94	Guiné Equatorial <sup>7</sup>	23.0	23 / 100
149	Guiné-Bissau	13.7	14 / 102

(Fonte: IPU, 2021)<sup>6</sup>

Moçambique tem o melhor desempenho dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (18º no ranking global) em matéria de representatividade da mulher no Parlamento, com cerca de 42% de mulheres na Assembleia da República, na atual legislatura, figurando como um dos 20 países mais bem colocados no mundo. Angola é o segundo país mais bem representado nos PALOP, sendo o 52º do ranking global, com quase 30% de representação feminina. Em seguida, Cabo Verde com pouco mais de 26% de mulheres na Assembleia Nacional, ocupa a 75ª posição no ranking global. São Tomé e Príncipe, apesar de apresentar proximidade em termos percentuais com o anterior, quase 24%, ocupa a 92ª posição no ranking global, bem próximo da Guiné equatorial com 23% e em 94º lugar no ranking global. Por fim encontra-se a Guiné-Bissau cujo percentual de menos de 14% a coloca na 149ª posição no ranking global de participação de mulheres no parlamento.

A situação de representação de mulheres na política indica que, ao menos desse ponto de vista há mais diversidade do que semelhança no quadro geral dos PALOP. Mas é preciso ir além para se refletir sobre a situação das mulheres.

Mesmo considerando a situação dos PALOP mais bem situados em termos globais, pode-se afirmar que o progresso da representação feminina não chega a ser proporcional aos papéis que as mulheres efetivamente exercem em termo de lugar de fala e tomada de decisões que lhes caberia.

Essa representação não garante maior repercussão em termos de política para as mulheres. Nas entrevistas foi possível identificar que a falta de acesso às políticas e programas públicos é preocupante. Em muitos casos, a ação parlamentar sucumbe à força do executivo. As políticas para as mulheres ficam sobre a responsabilidade de um ministério da família, ou da criança, e as questões das mulheres acabam por se tornar tangenciais à governança.

Os ministérios que se ocupam das temáticas das mulheres possuem em geral as menores dotações orçamentárias.

<sup>6</sup> <https://www.ipu.org/women-in-politics-2021>

<sup>7</sup> A Guiné Equatorial possui parlamento bicameral. No senado a participação das mulheres é de apenas 16,7%.

No caso de Angola existe o Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU). O diagnóstico de gênero de Angola, realizado pela União Europeia<sup>8</sup>, aponta que a capacidade de diálogo desse Ministério com as mulheres é frágil. Também é relatado, nesse documento, que o MINFAMU é um programa subfinanciado com pouco espaço para expandir ou produzir resultados tangíveis. Dados colhidos nas entrevistas confirmam tal análise:

*“Nós temos algumas estruturas que pensam políticas públicas para as mulheres e para as famílias. Temos um Ministério da Família e Promoção da Mulher que tem como objetivo aumentar as oportunidades das mulheres para diminuir a diferença de gênero entre os homens e as mulheres. Há uma ministra, secretária de Estado e em todas as províncias uma direção se dedica a esses aspectos da família e da mulher. Existe também um Ministério para a juventude e esportes que tenta construir políticas para a juventude. Claro que o que é orçamentado anualmente para esses Ministérios, ainda, não é suficiente. Não é o que gostaríamos que fosse. Algumas famílias, principalmente no meio periurbano que é aí que está a grande parte da pobreza, tem grandes dificuldades e carece de algum tipo de apoio. E, infelizmente, nosso sistema de proteção social não provem emprego e sobrevivência para essas famílias. O Estado está agora a trabalhar nesses instrumentos. E quem sabe no futuro teremos subsídios para as famílias e para as minorias como os povos nômades.” Valter Tchissingui, entrevista em novembro de 2021. Professor do Instituto Superior de Ciências da Educação e assessor da FAO em Angola.*

Na Guiné Bissau existe o Ministério da Mulher, Família e Coesão Social, (MMFCS). E mesmo sendo um país onde 70 % da população é rural não existe uma estratégia política dirigida às agricultoras, sendo essas submetidas a condições precárias de vida. A taxa de mortalidade de mães do país é uma das mais altas do mundo: em 126 partos morre uma mulher<sup>9</sup>.

Em Moçambique existe o Ministério de Gênero, Criança e Ação Social. Segundo o Fórum Mulher de Moçambique<sup>10</sup>, o país possui uma das taxas mais elevadas de casamento prematuro do mundo, afetando quase uma em cada duas jovens. Cerca de 48% das mulheres em Moçambique com idades entre os 20 e os 24 anos já foram casadas ou estiveram numa união antes dos 18 anos e 14 % antes dos 15 anos.

Se por um lado podemos considerar que a formulação de política para as mulheres depende, embora não só, da maior participação das mulheres na política, por outro, a quantidade de mulheres na política pode ser um indicador da condição das mulheres na sociedade em geral. Da mesma forma a criação de um aparato legal de proteção e promoção das mulheres pode fazer reverter esse ciclo vicioso.

Os casos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique indicam que esse é um caminho longo e requer tempo para que alcancem resultados concretos, dado que as condições sociais se encrustam por fatores de coerção, de tal modo a manter as mulheres em condição de exclusão.

Outro aspecto a ser considerado é a lentidão com que tais avanços alcançam o mundo rural mais relacionado a regras comunitárias, étnico-ancestrais e tribais. Seu isolamento físico e linguístico tende a tornar as populações rurais mais impermeáveis aos avanços e conquistas das

---

<sup>8</sup> Diagnóstico de Gênero de Angola, disponível em:

[https://eeas.europa.eu/archives/delegations/angola/documents/press\\_corner/2015/diagnostico\\_genero\\_angola\\_pt\\_final\\_digital\\_pt.pdf](https://eeas.europa.eu/archives/delegations/angola/documents/press_corner/2015/diagnostico_genero_angola_pt_final_digital_pt.pdf)

<sup>9</sup> <https://www.dw.com/pt-002/ser-mulher-na-guiné-bissau-significa-vida-dura/g-18902155>

<sup>10</sup> <http://forumulher.org.mz/project/comunicado-de-imprensa-celebrando-o-dia-da-mulher-africana/>

populações que habitam os centros urbanos. Como reflexo, a despeito da diversidade de representação feminina nos parlamentos dos PALOP, suas populações rurais guardam mais semelhança, ainda que com particularidades próprias de cada grupo étnico.

Por isso, é fundamental que se reforcem caminhos para romper esse isolamento das mulheres rurais. Ao apostar na agroecologia e segurança alimentar como eixos de mobilização e formação de mulheres pode ter impacto, portanto, muito além daqueles que se observam sobre a agricultura e pecuária. Essa questão será retomada mais adiante.

### **3.5 Potenciais e limites da Rede das Margaridas como um espaço de organização das Mulheres dos PALOP**

Segundo o relatório produzido em 2018 pela pesquisadora Victória Medina<sup>11</sup>, a Rede das Margaridas nas Comunidades dos Países de Língua Portuguesa - CPLP se constituiu em Maputo, Moçambique, no ano de 2017, a partir do apoio da Plataforma de Camponeses da CPLP e sob a influência da bem-sucedida experiência da Marcha das Margaridas do Brasil<sup>12</sup>.

A Rede das Margaridas encontra reconhecimento em importantes instâncias da CPLP, como por exemplo, no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN/CPLP). Maria Emilia Pacheco, representante desse Conselho, relatou em entrevista que as mulheres do CONSAN/CPLP, por acreditarem na centralidade do papel das mulheres rurais em assegurar a segurança alimentar e nutricional nesses países, desde 2012 vinham se mobilizando no apoio da criação de uma Rede de Mulheres dos PALOPs.

Nesse sentido, um dos objetivos dessa consultoria foi de verificar qual a percepção local acerca da Rede das Margaridas e qual o seu real potencial enquanto espaço de articulação na promoção da agroecologia nos PALOP. Tema que será tratado mais adiante.

## **4 Atividades realizadas**

De forma virtual, entre outubro e novembro de 2021 foram entrevistadas 21 pessoas, 7 homens e 14 mulheres, dentre as quais agricultoras, consultores/as e funcionários/as de órgãos públicos e privados. Ocorreram, também, 5 reuniões híbridas: de forma virtual para a consultora e presencial para as demais participantes em Moçambique (27/11/2021), Guiné Bissau (28/11/2021) e Angola (27/09/11), com a participação total de **79 mulheres oriundas de comunidades locais:**

- **Angola** - Célia Sampaio, técnica da ADRA, organizou uma reunião com a participação de 3 agricultoras, Encontro de trabalho com 03 agricultoras articuladas por Celia Sapalo da ADRA Angola
- **Guiné Bissau** - Cádía Fernandes, técnica da KAFO, que se deslocou às comunidades de Cacheu, Canchungo e Bula reunindo-se com 60 agricultoras, em 03 diferentes momentos.

---

<sup>11</sup> Medina, Victória; Relatório de Estágio Profissionalizante para obtenção do grau de mestre em Direito Humano à Alimentação e Desenvolvimento Rural pela Escola Superior Agrária de Coimbra, 2018.

<sup>12</sup> Manifestação das rurais brasileiras para reivindicar demandas de mulheres do campo, das florestas, das águas e das cidades realizada desde os anos 2000. Seu nome é uma homenagem a Margarida Alves, líder sindical assassinada por usineiros da Paraíba, por lutar pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e denunciar as elites agrárias.



Em cada uma dessas comunidades, a consultora conectou-se remotamente ampliando fortemente o alcance das entrevistas.

- **Moçambique** - Com a participação da FAO Moçambique, a Nzira de Deus, organizou uma reunião com 16 agricultoras de diferentes comunidades.

Os principais objetivos perseguidos nessas 3 reuniões foram: i. Discutir sobre os problemas enfrentados pelas camponesas em seu dia a dia e ii. Refletir sobre suas necessidades de formação. Os principais achados dessas conversas serão encontrados no ítem 5.

## 5 Principais achados após os exercícios de diálogo com as camponesas

### 5.1 Condições das mulheres

Os relatos durante as entrevistas confirmam a situação identificada previamente a elas (item 3). Essa realidade deve estar em associação com uma mobilização mais ampla das mulheres para refletir e enfrentar a questão. A partir do olhar sobre Moçambique, Nzira de Deus, que também é representante da Marcha Mundial das Mulheres, chama a atenção para essa questão:

*“Para mudanças efetivas, é necessário a criação de políticas públicas para as mulheres rurais. E para isso precisamos de governantes, minimamente, sensibilizados. Sabemos que a organização das mulheres é essencial para a escolha desses governantes. Inclusive, as próprias mulheres rurais podem ser eleitas e melhorar muitas coisas para as mulheres. Quando o processo de organização é iniciado, as políticas públicas passam a ser mais observadas e entendidas pelas mulheres agricultoras, tanto para a sua vida, quanto para a sociedade como um todo. Passam a perceber a potencialidade da força coletiva das agricultoras. Nesse contexto, as políticas públicas tomam um significado de direitos e passam a ser perseguidas por elas, tanto para si mesmas, quanto para suas comunidades, províncias, municípios, estado e país.” (Nzira de Deus em entrevista em novembro de 2021)*

Diferentes temas e dimensões da vida das mulheres se interlaçam e se relacionam à Soberania e Segurança Alimentar, sendo questões centrais na reflexão sobre a agroecologia e a produção de alimentos saudáveis. De modo inverso, a promoção da agroecologia conflui para uma reflexão sobre a organização das mulheres rurais, com vistas a ampliar as oportunidades de fortalecimento de suas demandas.

Contudo, ainda é baixa a participação das mulheres em eventos de formação como os realizados pelo Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CCAFS)

*Vários países não tiveram nenhuma mulher inscrita. <há casos que...> Tive que correr atrás de mulheres, como por exemplo, São Tomé. Nessa segunda etapa, pelo seu trabalho e pela nossa sensibilidade maior, talvez teremos mais mulheres. (Valkiria Spring em entrevista em Novembro de 2021)*

As condições sociais das camponesas associadas às relações patriarcais não dão autonomia para as mulheres. Esse dado se verifica, por exemplo, quando as mulheres perdem seus maridos. Sua condição é de tal forma relacionada ao matrimônio que, quando se veem viúvas, em muitos



países elas perdem inclusive o direito a terra, e se tornam ainda mais vulneráveis aos atravessadores.

Esse nível de exclusão social e de participação política também são verificados em situações cotidianas da participação das mulheres nas associações em que fazem parte. Além de baixa participação, há de fato pouca influência das mulheres nas decisões relevantes, resultantes de manipulações de cunho machista e misóginas.

## 5.2 Questão da terra

A questão do acesso à terra é um tema crucial para a promoção da agroecologia e segurança alimentar. A falta de acesso à terra tem potencial para estancar os processos de formação, na medida em que determina os meios de vida camponês.

*“O acesso à terra é um grande problema vivenciado pelas mulheres africanas. E quando isso é abordado junto aos homens, muitas vezes, eles não entendem a questão da igualdade do acesso à terra. Isto porque, muito embora, legalmente ela exista em alguns países, a questão de a tradição dos homens serem os donos da terra é forte. As mulheres acabam tendo acesso à terra através do parente do sexo masculino que deixou aquela terra. E quando é perguntado para os homens se existe igualdade no acesso à terra por homens e mulheres, a primeira resposta é sim. Porque existe lei, mas na prática a terra está nas mãos dos homens. Victória Medina, consultora da Rede das Margaridas*

Há uma percepção entre as mulheres entrevistadas de que a disponibilidade de terra é a razão direta do aumento da produção, e que só com crescimento de volumes expressivos de produção é possível acessar os mercados, caso contrário, a ‘pequena’ produção se destinará invariavelmente ao autoconsumo.

Os relatos indicam ser ainda comum a prática da agricultura itinerante, ou que exija algum nível de rotação de cultivos, que só é possível em situações que se tenha acesso a porções de terra mais largas. Já se faz notar, no entanto, as limitações diversas no acesso à terra, abrindo a possibilidade para a discussão sobre a sustentabilidade, a partir da compreensão entre algumas mulheres de que algum nível de adoção tecnológica pode diminuir a pressão sobre as terras.

## 5.3 Questão da tecnologia e esforço dispendido no trabalho (associado a disponibilidade de mão-de-obra)

Discutir o acesso à terra fazendo-se relação com a questão tecnológica cria oportunidades de se tomar a agroecologia como eixo para os processos de formação, mesmo que não se tenha entre as mulheres camponesas muita clareza acerca do conceito de agroecologia.

*“...o que tem acontecido muitas das vezes é que as pessoas vão passando de terreno para terreno nas expectativas de rentabilizar ou colher melhores frutos. Agora, com o sistema agroecológico acredita-se que não será necessário anualmente trocar de terreno, porque o mesmo terreno pode ser rejuvenescido e continuar a render.” (relato de uma camponesa moçambicana sobre a realidade da agricultura da comunidade)*

É comum contudo confundir-se agroecologia com os processos de intensificação convencional da agricultura.



*“Um dos grandes desafios é lidar com a concorrência dos produtos naturais em relação aos produtos químicos..E continuar a apelar ao governo que as ajude com alguns instrumentos de produção e tratores para que possa alargar o nível de produção. Ensinar os jovens a necessidade de praticar a agricultura e inclui-los nos pacotes de formação de meios de produção agroecológicos...*

*...grande parte da agricultura em Moçambique depende da época chuvosa, daí a necessidade de apostar-se nos sistemas de regadio para que os produtos cresçam de forma saudável, sem depender sempre época chuvosa.*

*...em todas as formações que as camponesas participam sobre agroecologia, quando voltam ao campo, se ressentem dos pequenos hectares que possuem para a produção e no gerenciamento de ‘medicamentos’<sup>13</sup> para pragas. E algumas afirmaram se tratar de técnicas difíceis.”*

Esse tipo de afirmação claramente confunde dois tipos de ‘intensificação’ agrícola: uma de caráter convencional; e, outra de caráter agroecológico. Tal fato aponta para a necessidade de que os processos de formação e capacitação possam, por um lado difundir com solidez os princípios da agroecologia, e, por outro apresentar a agroecologia como alternativa real de produção sustentável e economicamente viável para o fortalecimento das camponesas.

Há que se considerar os efeitos da propaganda das indústrias de insumos agrícolas para forjar a ideia de modernização da agricultura pela via dos pacotes agroquímicos (fertilizantes e pesticidas).

Mas a demanda por uso de mais maquinário pode estar indicando uma indisponibilidade crescente de mão-de-obra, resultante da migração de jovens da zona rural e o envelhecimento natural da população. Tema que será retomado mais adiante.

## 5.4 Sementes e biodiversidade

Há também preocupações com o domínio das sementes. Os depoimentos mencionam preocupações quanto a qualidade vista da adaptação, passando pela disponibilidade até pelo fluxo de informação e esquemas de distribuição.

*“... é preciso expandir <a distribuição> de sementes e de fazer chegar a informação, e as capacitações nas regiões mais recônditas, pois se as informações referentes a formas de produção agrícola chegar num distrito, as mulheres vão fazer chegar a outros distritos. Precisa garantir que as sementes e a informação está a chegar para as outras mulheres.” Camponesa em depoimento durante reunião em Moçambique.*

Esse depoimento remete a um tema de relevância nesse estudo: a constituição de uma rede de informações e continuidade do acompanhamento da formação, após o fim dos cursos. Segundo essa camponesa, *“existem grupos que se formam em agroecologia, mas não informam a ninguém”*. Em Moçambique existem grupos focais para a redistribuição de sementes, e as sementes *“não chegam a todos”*. Para diminuir estes mal-entendidos, sugeriu-se criação de banco de sementes, não só em escala regional mas também em termos domiciliares, com maior apoio a eles através de *“controlo e supervisão dos pontos focais”*. Dessa forma se interrelacionam o fluxo de informações e a propagação de sementes.

---

<sup>13</sup> O uso do termo medicamento é feito em alusão aos pesticidas usados na agricultura.

É preciso considerar que esse é um dos pilares metodológicos da abordagem agroecológica: a formação de redes de sementes, que tem reflexo na proteção da biodiversidade.

Uma vez mais aqui, há inúmeras confusões com os princípios da agroecologia:

*...temos algumas dúvidas sobre o que podemos fazer, porque o modelo que domina em Moçambique é do 'agronegócio'. Assim, a formação seria uma forma de responder a essas dúvidas, ajudar no 'tratamento das sementes', e produção das sementes. Com os altos níveis de concorrência no mercado, as sementes nativas não têm tido a capacidade de suprir as demandas do mercado. E devido a falta de produtividade em larga escala, as camponesas correm o risco de perder a terra, não tendo mais onde plantar". Relato de mulheres de Moçambique.*

Dessa forma, é preciso reforçar a viabilidade técnica de se produzir sementes de qualidade germinativa, e adaptadas localmente, uma experiência que vem consolidando a agroecologia em diferentes países e culturas. Tal estratégia pode se vincular a estruturas locais e microrregionais, semelhantes a experiência dos pontos focais, em que se possa adicionalmente resgatar, conservar e disseminar sementes tradicionais.

## 5.5 Comercialização

A comercialização no âmbito das camponesas foi um tema recorrente em todos os diálogos, reuniões e entrevistas. As questões relatadas referem-se a problemas muito comuns na trajetória da evolução da agroecologia. As grandes distâncias associadas com a dificuldade de acesso a transporte público. Esse aspecto também é fator que limita a comercialização dos produtos e conseqüentemente gera descapitalização das mulheres;

A irregularidade e volumes de produção diminutos trazem dificuldades em si para as camponesas, que tem que enfrentar a concorrência com produtos convencionais, cujos volumes de produção são maiores, e a escala de produção, em geral mecanizada, pressiona para baixo os preços praticados.

*"A comercialização dos produtos ainda continua a enfrentar grandes desafios, principalmente a fixação de preços. Pois na maioria dos casos os compradores é que escolhem o preço de compra. O que faz com que este tipo de produção não seja rentável. Deste modo, existe a necessidade das lideranças trabalharem com os governos locais de modo a se criar uma tabela de preço único." Dna Rebeca (camponesa) respondendo sobre essa questão durante encontro de Moçambique.*

A comercialização realizada pelos meios tradicionais trata a produção camponesa e a agroecologia da mesma forma que qualquer produto, independentemente da origem. Praticamente não há canais de comercialização voltados para a agroecologia, ou que fortaleça a agricultura camponesa.

Dessa forma se cria a noção de exclusão estrutural, quando as populações excluídas passam a 'naturalizar' a sua condição excluída:

*"Apesar de algumas vezes terem participado de cursos em agroecologia, elas ainda enfrentam problemas em operacionalizar as técnicas aprendidas, factor que é reforçado pela fraca capacidade de mercantilização dos seus produtos no mercado. A mulher afirmou que em Moçambique ter a produção agrícola orientada a princípios ecológicos como negócio, não é para quem quer, mas sim, para quem pode. Basta olhar para os dados divulgados em 2019 que em*

*Moçambique 85% das mulheres são ‘camponesas com cabo curto’ ”. Mara, camponesa de Moçambique.*

## 5.6 Questão da juventude e sucessão geracional

A juventude dos PALOP, assim como em grande parte do mundo, está deixando o campo e migrando para a cidade em busca de melhores condições de vida. O êxodo rural da juventude, tem se configurado como um fator de preocupação de suas famílias. Mesmo sem o entendimento pleno do que venha a ser agroecologia, ela é vista como uma esperança de a juventude tenham uma vida digna trabalhando em atividades agrícolas, nas suas próprias terras:

*“os programas de capacitação em matéria de agroecologia, não devem se fechar as senhoras idosas, pois elas a não tem muita força. Portanto, a experiência que estas mais velhas possuem deve ser partilhada com as jovens raparigas. As formações devem inclui-las de forma que haja jovens com capacidade de dar continuidade e praticar agricultura baseada em princípios agroecológicos” Mara, camponesa em Moçambique.*

O fator geracional, portanto, deve ser levado em consideração nos programas de formação e políticas para o meio rural, sob pena de perpetuar um processo vicioso que leva ao desaparecimento da população camponesa, com graves consequências para os sistemas de segurança alimentar. Nesse sentido, a agroecologia toca em três de seus pilares fundamentais: a agregação de valor e geração de renda; a produção de alimentos mais saudáveis; e, formas mais sustentáveis de produção.

## 5.7 Solidariedade entre as mulheres

Em meio a uma série de relatos de problemas vivenciados no dia a dia dessas mulheres, onde a grande maioria reflete a falta de políticas públicas, surge a menção a necessidade de fortalecimento da solidariedade entre elas:

*...precisa-se fortalecer a solidariedade entre as mulheres agricultoras...fortalecer o conhecimento, a união e a solidariedade mútua. Muitas não sabem ler e nem escrever... (depoimento de uma camponesa em Guiné Bissau)*

A demanda das mulheres pelo fortalecimento da solidariedade expressa o desejo de juntar forças para sobreviver, em meio a tantas dificuldades na comercialização, na produção, no resgate de sementes, na alfabetização e entre outras questões já mencionadas acima. É relevante que toda e qualquer proposta que venha a ser desenvolvida vá além de questões técnicas. É relevante que questões organizativas, também, sejam tratadas e estimuladas, a exemplo da construção de redes de solidariedade que consolidem a união das mulheres camponesas dos PALOP.

## 5.8 Fragilização da vida trazida pelos conflitos armados

Boa parte do panorama acerca da fragilização da vida, em especial das mulheres, advém dos impactos de conflitos armados, notadamente em Angola, Guiné Bissau<sup>14</sup> e Moçambique.

*“Temos pesquisas que falam que Angola, o número médio de pessoas que vivem na mesma casa na zona rural é de 8 pessoas, quase o dobro do que temos na zona urbana. Em Angola <a maior parte das> propriedades familiares são lideradas por mulheres, isto é resultado do conflito armado que*

---

<sup>14</sup> Na época da guerra anticolonial, Cabo Verde e Guiné Bissau eram um país só.



*terminou em 2002. E por conta disso, cerca de 33% das famílias são lideradas por mulheres<sup>15</sup>. Isso contribui para que tenha um número expressivo de mulheres a frente da agricultura. Isso tem muito a ver com a viuvez por conta de um conflito que levou quase 30 anos, onde todos os soldados eram homens. Há províncias em Angola que para cada cem mulheres, existe 88 homens. Esse desequilíbrio está fortemente relacionado com o número de mortes dos homens durante o conflito armado. Não temos um equilíbrio entre homens e mulheres na faixa etária entre 40 e 65 anos, cuja maioria delas nessa faixa são viúvas”. Valter Tchissingui, entrevista em novembro de 2021. Professor do Instituto Superior de Ciências da Educação e assessor da FAO em Angola.*

## 5.9 O idioma como um fator manutenção de desigualdades

Outro aspecto que fragiliza as comunidades rurais e cria enormes barreiras ao desenvolvimento é a fragmentação linguística. A existência de inúmeras línguas locais serve como fator de manutenção de desigualdades. Ao contrário do que se passa em alguns países africanos, principalmente os anglófonos, que tem outras línguas africanas oficiais, como na Nigéria, Zimbábue e Zâmbia, entre outros, nos PALOP, o sistema colonial foi muito repressivo, impedindo o surgimento de línguas nacionais. Além da **diversidade das línguas faladas nas comunidades**, foi bastante citado o desconhecimento por completo do idioma português. Sendo boa parte das línguas locais não grafadas, isso se torna um impeditivo para divulgação de informações pela via impressa;

Esse dado tem forte repercussão em programas de formação:

*Em caso de capacitações para as mulheres é importante que se pense no idioma. Isto porque o português é a língua das escolas, dos bancos, dos serviços públicos e isso já cria uma barreira. Nem todos acessam esses lugares, especialmente no meio rural. A população de Angola que estava mais próxima aos movimentos católico e protestante, no período colonial, assimilou o português com mais facilidade. Aquelas que ficaram mais distantes desses movimentos religiosos não aprenderam o dito idioma oficial do país. Dessa forma além de grandes distancias a percorrer e falta de transporte público, o idioma oficial representa uma grande barreira que as crianças rurais enfrentam para serem alfabetizadas O nível de literacia (alfabetização) é uma questão importante. Muitas mulheres rurais não sabem ler e escrever, dessa forma, um curso para elas vai precisar sensibilizá-las através de trocas de experiências, relatos de outras agricultoras, materiais com imagens e pessoas que falam as línguas locais. Além do idioma, deve-se pensar também em formações contextualizadas que levem em consideração as diferenças entre os países. Uma formação que sirva para todas as mulheres agricultoras deve levar em consideração um equilíbrio das diferenças que existem nos próprios países: diferenças de idiomas, de produção, de cultura. O segredo se encontra na metodologia respeitosa com o conhecimento local de todas. (Valter Tchissingui em entrevista em Novembro de 2021)*

---

<sup>15</sup> Na entrevista, não ficou claro se esse dado tratava apenas de famílias monoparentais, cujos homens haviam morrido em combate. De fato, há famílias completas cujas mulheres também podem ser consideradas chefes de família.

## 5.10 Problemas de conectividade telefônica e digital

Uma outra questão que deve ser levada em consideração é que na zona rural, de uma parte significativa dos PALOP, o acesso à internet é inexistente e a conectividade telefônica é muito precária. Se por um lado o deslocamento implica em custos, tanto de esforço pessoal como gastos em transporte, por outro, a ausência de internet e a baixa conectividade telefônica dificultam ou mesmo inviabilizam a mobilização pela via remota, e online.

As dificuldades de conectividade se associam às dificuldades de disponibilidade de tempo porque as mulheres, especialmente na zona rural, são muito ocupadas.

*“muitas lideranças para se comunicarem e se ligarem aos processos da Rede, necessitam sair de suas casas, percorrerem um longo percurso até uma organização que tenha internet e, às vezes, a própria internet dessas organizações é frágil.” Victória Medina, consultora da Rede das Margaridas*

Os problemas de conectividade telefônica e digital, além de afetarem o processo de formação, também se tornam a razão do isolamento das mulheres, principalmente no meio rural; esse isolamento acaba por repercutir no acesso ao conhecimento em geral sobre produção, armazenamento e comercialização, mas também sobre os direitos das mulheres.

## 5.11 Desvalorização do conhecimento local

A herança das guerras coloniais também deixou marcas que ainda repercutem na sociedade rural:

*Em Angola, por exemplo, a população tem uma alimentação pobre nutricionalmente falando. Comem poucas frutas e legumes. E infelizmente, muitos técnicos da cooperação internacional não valorizam o conhecimento local. Por isso <as populações locais> acham que os conhecimentos que vem de fora, como pesticidas e técnicas intensivas, são modernas e eficazes. Angola ainda vive a revolução verde. (Anna Fanzeres - ex-assessora Sênior Internacional)*

## 5.12 Rede das Margaridas

A constituição da Rede das Margaridas foi um processo lento, mas ambicioso, cujo plano sempre foi o de articular mulheres em todos os PALOP.

*Desde 2012 já se pensava na possibilidade da formação de uma rede de mulheres rurais dos PALOP, mas devido as dificuldades encontradas para a articulação de vários países, isso somente foi possível em 2018, quando também foi construído o primeiro plano de ação da Rede. Novos desafios chegaram, e em termos práticos a Rede ainda não teve a oportunidade de funcionar com plenitude. Maria Emília Pacheco*

De acordo com as entrevistas realizadas, atualmente, a Rede das Margaridas encontra-se em uma fase de desarticulação, ou rearticulação. Por várias razões, já mencionadas anteriormente, há dificuldades de organização entre as mulheres agricultoras, mesmo quando se considera apenas um único país nos PALOP, seja por problemas de contextos regionais de isolamento, baixa conectividade e dificuldade de comunicação, ou da existência de várias línguas locais. Mais recentemente os impactos gerados pela pandemia da COVID19 geraram problemas adicionais. Ainda que ela não tenha sido a causa da letargia das atividades da Rede, a pandemia pode estar atualmente na centralidade das dificuldades na sua rearticulação, juntamente com os demais fatores já conhecidos.



Há no entanto disponibilidade e o interesse de alguns atores contactados, como o Fórum de Mulheres de Moçambique, e a ONG ACTUAR em seguir apoiando o processo de articulação e organização das mulheres rurais nos PALOP, cuja Rede das Margaridas poderia oferecer uma plataforma interessante para tal. A Federação Camponesa de Guiné Bissau, a KAFO, também se mostrou interessada e com disponibilidade de contribuir com a ACTUAR para o reaquecimento da Rede das Margaridas.

O trabalho de campo comprovou que a Rede das Margaridas tem sido citada por técnicas e assessoras técnicas com espaço potencial e de referência em instâncias de articulação no plano tanto dos PALOP quanto da CPLP. Para Maria Emília Pacheco, FASE-Brasil as mulheres foram atuantes nas discussões sobre segurança alimentar.

É importante ressaltar que em Moçambique as pessoas entrevistadas já têm trabalhos desenvolvidos com mulheres rurais em outros países, notadamente dos PALOP. O Fórum de Mulheres de Moçambique poderá contribuir com a Rede das Margaridas na organização das mulheres rurais para a luta por direitos e políticas públicas que possam ser intercambiadas para estimular a mudança de realidades nos PALOP.

Embora tenha havido várias tentativas de se colocar as mulheres rurais na centralidade da agenda da CPLP, a Rede das Margaridas ainda sofre alguma resistência por conta da sua perspectiva feminista:

*“ainda vai levar um tempo para que o tema “feminismo” seja trabalhado com mais tranquilidade, livre de qualquer tabu. O ideal é que os pontos focais para a Rede das Margaridas fossem todas mulheres, mas essa não é a realidade. Muitos são homens. A Rede se relaciona com organizações que trabalham com segurança alimentar, mas não têm ainda como foco o fortalecimento das mulheres rurais.” (Victória Medina da Rede das Margaridas )*

Um aspecto relevante é o fato de que as organizações envolvidas, em sua maioria, não têm o tema do “direito das mulheres” como uma agenda relevante. A articulação no âmbito da Rede das Margaridas acaba por depender das iniciativas de cada pessoa de referência, e que nem sempre tem a autonomia para acompanhar a Rede;

Mas é falta de enraizamento local que representa o principal desafio. Ainda é muito baixo, o conhecimento sobre a Rede das Margaridas entre as mulheres rurais. Para superar essa fragilidade algumas propostas foram apresentadas no item a seguir.

## **6 Sugestões e orientações para processos de formações com mulheres agricultoras dos PALOP**

Diante o exposto até agora, percebe-se que há elementos para estruturar os cursos de formação em agroecologia destinados especificamente para as mulheres

*“Homens são mais falantes nos cursos do que as mulheres; chegando a atrapalhar a participação delas. Um curso específico para o público feminino poderia ser bastante interessante, tanto para elas, quanto para o êxito das experiências agroecológicas. Isto porque são elas as executoras das propostas inovadoras. Um exemplo é a experiência com a farmácia viva (plantas medicinais) em São Tomé e Príncipe que é conduzida pelas mulheres. Além disso, há forte protagonismo das mulheres na agricultura em Angola e em*



*Moçambique. Por isso, acredito ser interessante adaptar o curso para um público feminino”. Fábio Ramos, consultor responsável pelos principais temas da capacitação do CCAFS*

*“Em um curso só de mulheres, os resultados serão bem melhores. Porque os homens acabam monopolizando as pautas e as discussões. E as mulheres não se sentem à vontade para colocar suas questões na frente deles.” (Victória Medina da Rede das Margaridas em entrevista em novembro de 2021)*

Quando perguntadas sobre o que poderia estimular as camponesas a participarem da Rede das Margaridas, as entrevistadas falam que é necessário que haja “ações concretas” e citam que uma possibilidade seria a realização de cursos específicos para as mulheres camponesas. O curso pode contribuir também para a consolidação da Rede das Margaridas no âmbito dos PALOP.

*Infelizmente, até hoje, muitas organizações não se sensibilizam com o trabalho feito para organizar as mulheres. E com isso, a maior dificuldade em captar recursos para a Rede das Margaridas está no fato de não ter questões concretas para além de compromissos políticos. Uma formação que trate também de questões técnicas pode ampliar a captação de recursos.*

*“Uma capacitação do Centro de Formação em Agroecologia de São Tomé e Príncipe (CCAFS) destinado, principalmente, à camponesas poderia reaquecer a Rede das Margaridas. Em primeiro lugar, porque as mulheres intercambiariam conhecimentos, se estimulariam e com isso a Rede seria fortalecida. Em segundo lugar, seria mais fácil captar recursos para fomentar a Rede, através de capacitações do que para uma agenda de organização das mulheres.” Victória Medina, consultora da Rede das Margaridas*

Sendo assim, o conjunto das sugestões apresentadas a seguir ajudam a estruturar a proposta de um curso com a perspectiva agroecológica e desenvolvimento sustentável destinado as mulheres. Para tanto deve-se romper com a ideia conservadora sobre a existência de temas para homens e outros para as mulheres.

Mesmo assim, há especificidades com respeito a mulheres, do ponto de vista da afirmação de seus direitos e sua emancipação em sociedades machistas e discriminatórias.

Para garantir efetiva participação do número de mulheres é preciso reforçar o processo de mobilização nas comunidades, inserindo e valorizando os temas mais mobilizadores.

Além disso, é preciso dirimir os impedimentos que elas enfrentam para participar de processos de capacitação, relacionadas principalmente a uma ajuda de custo para que pudessem se deslocar para reuniões e treinamentos, e inclusão também de bolsa de estudo por um período de 3 a 6 meses, para que as mulheres que participam de processos de capacitação possam multiplicar seus conhecimentos com outras mulheres de suas comunidades.

## **6.1 Valorização do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CCAFS) como base**

O CCAFS-CPLP foi pensado para dinamizar uma rede de referência para intercâmbio de conhecimentos e cooperação sobre agricultura sustentável e agroecologia na CPLP. Dentre outros objetivos, está a contribuição para a consolidação da agricultura sustentável nos PALOP, evidenciando as iniciativas e experiências desses países. Para atingir os objetivos acima mencionados, o Centro atua nas seguintes grandes áreas de conhecimento:



- Promoção do uso sustentável dos recursos naturais;
- Valorização da agro biodiversidade e dos produtos da socio-biodiversidade;
- Soberania e segurança alimentar e nutricional.

Até o momento aconteceram dois cursos para formação de formadores, incluindo, profissionais de extensão rural e lideranças de movimentos sociais. Houve prioridade para quem já possuía algum caminho trilhado na perspectiva agroecológica.

A proposta aqui pensada é de aproveitar a expertise do CCAFS na realização nesse tipo de curso garantindo a participação exclusiva de mulheres: camponesas, lideranças de movimentos sociais e de técnicas da extensão rural. Desta forma, esses cursos terão o papel adicional de impulsionar a Rede das Margaridas, como espaço de mobilização e articulação permanente, mesmo após a realização dos cursos.

## 6.2 Sugestão de temas correlatos

Para efeito didático, dividimos os principais temas que deveriam ser abordados nesses processos de formação em: (i) temas relacionados a processos sociais, e (ii) temas técnicos.

### *(i) Temas relacionados a processos sociais:*

É sabido que a agroecologia, tal qual uma tecnologia social, depende não só de um arcabouço técnico-produtivo, mas também de um conjunto de processos sociais que lhe dê consequência. Parte desses processos sociais exigem formação sólida em temas mais próximos das ciências sociais do que das ciências agrárias ou agrônômicas.

É preciso considerar inclusive a continuidade dos processos de formação continuada, após a realização da etapa presencial dos cursos.

Como já foi relatado anteriormente, atualmente os processos de capacitação dessa natureza têm sido frequentemente estanques, e muitas vezes tem encontrado resistência para repercutirem e irradiarem novos processos de aprendizagem no campo.

Diante de um quadro generalizado de iliteracia, e línguas locais não grafadas, é preciso que sejam fortalecidos os canais da transmissão de conhecimento pela via da tradição oral, a partir da experiência local e construção de conhecimento pela base.

Outro aspecto é a valorização da situação vivida pelas mulheres como elementos de formação orientando os conteúdos para questões como: reivindicação dos direitos das mulheres; Organização das mulheres rurais e Associativismo; valorização da solidariedade entre as mulheres; alternativas para redução do tempo de trabalho no campo; Participação política das Mulheres;

Todo o esforço deve ser realizado para incluir mulheres que não falam o idioma português, que vivem em regiões remotas, especialmente aquelas em posição de liderança das suas comunidades.

É preciso levar em consideração a questão do envolvimento da juventude, tão destacada nos encontros com as mulheres rurais. Para tanto, temas como agregação de renda e perspectivas econômicas são fundamentais, mas não só. A juventude precisa de estímulos que vão além da discussão sobre a agricultura e pecuária, agregando elementos da vivência juvenil.

Uma vez mais, é preciso tomar a agroecologia como elemento de mobilização da juventude rural relacionado a temas de meio ambiente e atualidades.

***(ii) Temas técnicos e econômicos:***

Os temas considerados técnicos e econômicos referem-se aos sistemas de produção e comercialização das unidades de produção. Como sugestão, esses temas devem enfrentar as questões identificadas por essa consultoria no que se refere aos gargalos para a promoção do empoderamento das mulheres rurais. Inclui: Bancos de sementes; Adaptabilidade das culturas de cobertura verde; Cuidados com o solo; Manejo integrado de pragas; Saúde das plantas; Alimentação para a vida; Adubos orgânicos; Armazenamento da água da chuva; Beneficiamento de frutas; Estudos de mercados agrícolas.

Do ponto de vista da comercialização e formação de preços dos produtos, os levantamentos de campo indicaram a necessidade de que sejam formadas organizações específicas para aumentar a escala da produção através do associativismo. Outro aspecto relevante é a reflexão sobre a natureza dos mercados consumidores, relacionados, por exemplo, aos circuitos turísticos.

***(ii) Questão do uso da agroecologia como elemento de mobilização***

É preciso refletir sobre a oportunidade de tomar a Agroecologia como tema mobilizador. Trata-se de uma expressão consagrada internacionalmente e que, por isso, poderia servir de elemento integrador dos PALOP. Contudo, não é uma expressão autoexplicativa, principalmente para as comunidades rurais.

Para que o termo se consolide, é preciso relacionar a agroecologia com práticas e propostas já existentes, e com a construção do conhecimento a partir da base da sociedade, seguindo os passos metodológicos dialógicos propostos por Paulo Freire.

## **6.3 Recomendações para realizar processos de formação e organização política das mulheres**

Tendo em conta as informações obtidas com este diagnóstico, sugere-se não como modelo a ser seguido, mas como referência orientadora, a metodologia utilizada no Brasil com público semelhante, a Escola de formação de Mulheres (confira o box)<sup>16</sup>. É preciso verificar o que poderia ser adaptado aos contextos e necessidades locais de organização das mulheres rurais dos PALOP.

De uma forma geral, essa proposta consiste em contribuir para o desenvolvimento de uma mentalidade crítica, voltada para a construção de processos de empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero.

O curso deverá ser dividido em módulos alicerçados no uso de ferramentas de suporte à aprendizagem, tais como: valorização ao conhecimento local, dinâmicas de integração e descontração; material de referência para as temáticas; atividades de organização de conceitos e diálogos sobre as dúvidas; instrumentos de facilitação da aprendizagem; planejamento do

---

<sup>16</sup> A base desta metodologia são os conceitos da Escola de Formação para Mulheres, desenvolvida há cerca de 20 anos, no Brasil, a partir do Projeto Mulher e Democracia. Este Projeto foi criado em Pernambuco, Brasil, com o objetivo de formar sociopoliticamente mulheres do campo e da cidade nos nove estados do Nordeste do Brasil.

futuro envolvendo projeção de ações de mobilização para engajamento e multiplicação de conteúdo. Essas dinâmicas já são utilizadas pelas mulheres nesses países.

Além disso, sugere-se

- Contratação de profissionais facilitadoras com experiência em trabalho com mulheres rurais e agroecologia;
- Facilitação de intercâmbios entre as experiências das mulheres do PALOP;
- Adaptação das tecnologias de aprendizado, uso de outras ferramentas como: o estímulo a troca de cartas entre as mulheres e relatorias gráficas impressas;
- Contratação de tradutores para adaptações de linguagem e facilitadores de línguas nativas;
- Concessão de bolsas de estudos para apoiar as participantes do curso na multiplicação dos conteúdos apreendidos em suas comunidades e comunidades vizinhas.

#### O que são as Escolas de Formação de Mulheres?

Um dos diferenciais dessa formação é fortalecer nas trabalhadoras rurais a habilidade de multiplicar os aprendizados. Dessa forma, as mulheres, além de aprenderem novos conteúdos temáticos para avançar em suas produções, também estão se preparando para articular e formar mais mulheres nas comunidades em que vivem, atuando, assim, como agentes de desenvolvimento local. Destina-se à formação das camponesas, proporcionando desde o resgate histórico das construções das relações de gênero e das desigualdades sociais, até a contextualização dos desafios atuais da vida das mulheres no meio rural para que possam contribuir para transformar suas vidas.

#### Divisão usual dos módulos nos processos de formação

Módulo 1 - Histórias de vida das mulheres rurais: momento em que as mulheres reconhecem suas trajetórias) e suas contribuições aos lugares onde estão inseridas.

Módulo 2 – Opressões vividas pelas mulheres rurais: Como essas opressões se apresentam nos diferentes países e como impactam as mulheres rurais.

Módulo 3 - Autonomia econômica das mulheres: qual a importância para suas vidas, estratégias de organização socioeconômica.

Módulo 4 - Produção agroecológica: o que é agroecologia, quais as principais técnicas e iniciativas utilizadas.

Módulo 5 - Organização das mulheres: o que é e como pode fortalecer a vidas das mulheres rurais

## 6.4 Escola de campo

As Escolas de Campo foram, inicialmente, desenvolvidas pela FAO na Ásia como resposta às graves perdas na safra de arroz, causadas por problemas de manejo de pragas desfolhadoras, que geraram um alto uso de agrotóxicos, sem alcançar resultados satisfatórios, e colocando em risco a segurança alimentar das famílias dos países asiáticos. Nas Escolas de Campo, as atividades de aprendizagem são desenvolvidas de acordo com as necessidades e problemas identificados pelos produtores, descartando o conteúdo tradicional de treinamento dos Sistemas de Geração e Transferência de Tecnologia. Nesse processo, os agricultores são motivados e estimulados a descobrir conceitos, princípios da ecologia agrícola e desenvolver habilidades para a gestão das áreas em que o ECA é desenvolvido<sup>17</sup>.

Apesar do sucesso das escolas de campo, sua implementação nos diversos países aponta alguns problemas de desvirtuamento metodológico relacionados principalmente a:

- Fragilidade da formação técnica e metodológica dos profissionais envolvidos para lidar com temas da agroecologia, metodologias participativas e campesinato.
- A replicação da metodologia para outros continentes deveria ser feita com cautela considerando a realidade local. Contudo em muitos casos método de planejamento das escolas se tornou mais top-down, sob influência de uma extensão rural produtivista, sob influência da revolução verde, impactos muitas vezes negativos sobre as associações locais.

<sup>17</sup> <https://www.fao.org/climatechange/30315-069f5a40da3e46706f6936d2e99514e30.pdf>



- A relação financeira com técnicos e mesmo a população camponesa gerou certa dependência impedindo a geração de processos de continuidade da formação, sem apoio financeiro da FAO.

Ainda assim, as escolas de campo poderiam ser uma porta de entrada interessante para a ampliação da perspectiva agroecológica nos PALOP, inclusive orientada para as mulheres rurais. Pensando nisso a FAO Moçambique traduziu um manual (Tool for Agroecology Performance Evaluation 2021 version) que favorece a aplicação de um diagnóstico sobre o andamento da perspectiva agroecológica nos países. Seria importante que os PALOP utilizassem esse manual que apontará as fraquezas, oportunidades, fortalezas e ameaças para o desenvolvimento da perspectiva agroecológica em cada país.

De toda forma, qualquer processo de ajuste metodológico deveria considerar a formação massiva de profissionais de extensão rural para a agroecologia, visando a implementação de metodologias como as Escolas de Campo, voltadas a formação de mulheres rurais em temas como a agroecologia.

Essa formação deve considerar a abordagem sobre o empoderamento das mulheres como um todo, e não apenas os aspectos técnicos da agricultura. Contribuem para isso o emprego de novas metodologias, a exemplo das cadernetas agroecológicas<sup>18</sup>, desde que sejam adaptadas à realidade local.

## 6.5 Outras ideias para o fortalecimento da Rede das Margaridas

Atualmente a Rede das Margaridas está viva e atuante, ao menos em nível das articulações supranacionais. Para sua continuidade, muito investimento será necessário em consolidação nas bases, que depende de um trabalho de campo contínuo em cada um dos PALOP. Para isso, foram levantados pontos para a consolidação da Rede das Margaridas, para além do curso proposto anteriormente:

- Fortalecimento de uma estrutura institucional e técnica para apoiar a atuação em rede, com na mobilização de agricultoras de diversas comunidades rurais;
- Planejamento conjunto, e descentralizado, da Rede das Margaridas no âmbito dos PALOP.
- Disponibilidade de recursos específicos para as mulheres da Rede das Margaridas, notadamente através da FAO e a CPLP;

Entendendo que a comercialização é um dos maiores desafios enfrentados pelas camponesas, aventou-se a possibilidade de que a Rede das Margaridas pudesse encampar a luta pela facilitação e desobstrução da comercialização dos produtos das camponesas.

Para tanto é preciso considerar que ainda são pequenos os volumes de produção das camponesas. Assim a Rede das Margaridas poderia ter o papel de agregar os diferentes

---

<sup>18</sup> A Caderneta Agroecológica é um instrumento político-pedagógico criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, para mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas, ao mesmo tempo que contribui para a promoção da sua autonomia. O Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica está disponível em <http://portalsemiar.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Guia-de-uso.pdf>



produtos, criando melhores condições de comercialização, além de criar, no futuro, uma identidade visual dos produtos das mulheres camponesas. Isso poderá dar mais concretude temática para guiar a mobilização das mulheres rurais, associando-as a Rede das Margaridas, proporcionando o seu crescimento e, sobretudo, fortalecendo a legitimidade que da Rede como instrumento de luta pelos direitos das mulheres.

Recife, 28 de fevereiro de 2022

  
Ana Paula Ferreira

## 7 ANEXOS - Questionário base para os encontros com as agricultoras dos PALOP

**OBJETIVO DA REUNIÃO:** Essa reunião está inserida do escopo da consultoria que tem como propósito fazer um levantamento das agricultoras, organizações e redes de mulheres rurais existentes nos países da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**.

O objetivo é mapear essas agricultoras e organizações, e através de entrevistas virtuais com suas representantes, elaborar um programa de prioridades formativas, que deverão, no futuro, nortear as ações do Centro de Formação em Agroecologia de São Tomé e Príncipe.

É também esperado que a reunião sensibilize as mulheres a fazerem parte da Rede das Margaridas

CONSULTORA: Ana Paula Lopes Ferreira

1. PAÍS:
2. DATA:
3. Apresentação e agradecimento pelo tempo disponibilizado para a conversa
4. Explicação do motivo desse trabalho.
5. Nome:
6. Língua/s que fala:
7. Comunidade:
8. Distância da comunidade para a cidade:
9. Meio de transporte que usa para a cidade:
10. Acesso à internet:
11. Como é a vida de uma mulher na sua comunidade? (problemas, desafios, fortalezas)
12. Quantas pessoas moram com você?
13. Como é a divisão do trabalho entre homens e mulheres na sua comunidade? Observação, temos uma hipótese de que a vida da mulher rural é bastante árdua. E que ela não é uma mera ajudante de seu marido. Através dessa pergunta queremos verificar se essa hipótese é verdadeira
14. Quais os trabalhos que ficam sobre sua responsabilidade? Quais as tarefas que são as suas?
15. Quais as tarefas das outras pessoas da família?
16. Na sua comunidade as mulheres são organizadas? Por quê?
17. Se você tivesse a oportunidade de participar de um curso para mulheres agricultoras, o que você gostaria de aprender, de conversar, de ver, de assistir nesse curso?
18. Qual o papel que o governo tem/desempenha no seu país na vida das mulheres rurais?